

Dívida pública interna crescerá 300 bilhões

12 FEV 1982

Da sucursal de
BRASÍLIA

O apelo à dívida pública federal é a alternativa que as autoridades estão examinando para compensar os desvios da política monetária, tanto os ocorridos em janeiro último como os previstos para os próximos meses. A questão vem sendo discutida em sucessivas reuniões do ministro da Fazenda, Ermano Galvão, e do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, e em princípio estabeleceu-se que a dívida pública interna terá, até o final deste ano, crescimento líquido de Cr\$ 300 bilhões, contra Cr\$ 530 bilhões em 1981.

A decisão teria sido tomada em face das dificuldades que o governo vem encontrando para promover essa compensação — cobertura dos subsídios, principalmente — por meio de transferências do orçamento fiscal. Essas transferências seriam da ordem de Cr\$ 440 bilhões, mas até o momento elas não puderam ser iniciadas porque a execução orçamentária é deficitária.

A dívida pública federal ultrapassou, no final do ano passado, Cr\$ 3,0 trilhões, com aumento de 264% em relação aos saldos registrados em dezembro de 1980. No início do ano as autoridades monetárias estimaram uma colocação líquida de Cr\$ 160 bilhões, mas no decorrer da execução do orçamento monetário os "furos" foram aparecendo e o governo só teve duas alternativas: ou lançar títulos federais no mercado ou emitir, pressionando diretamente a base monetária. A primeira saída foi a escolhida, chegando-se ao final do ano

com uma colocação líquida de Cr\$ 530 bilhões.

Se o mesmo mecanismo de compensação das contas do orçamento monetário for utilizado este ano, a dívida pública federal poderá chegar ao final do exercício com um saldo ao redor de Cr\$ 6 trilhões, com acréscimo da ordem de 100% sobre o saldo do final do ano passado.

Convém lembrar que a decisão das autoridades monetárias, anunciada pelo Conselho Monetário, foi de reduzir, em 1982, o apelo ao endividamento interno, recorrendo-se com mais intensidade às transferências do orçamento fiscal para promover as compensações no orçamento monetário. Nesse sentido, anunciou-se que a colocação de títulos, no montante líquido de Cr\$ 160 bilhões, seria apenas o suficiente para girar a dívida, destinando-se Cr\$ 100 bilhões ao BNH e Cr\$ 60 bilhões à Caixa Econômica.

JUROS

A consequência inevitável da decisão governamental de manter, em 1982, a política de crescimento líquido da dívida pública federal, para compensar as contas do orçamento monetário, será a rigidez das taxas de juros no mercado interno, pois as taxas oferecidas para os títulos federais sempre funcionaram como o patamar para os juros praticados no mercado.

Essa política de juros, aliás, favorece o ingresso de recursos externos, o que está consistente com a política de balanço de pagamentos, na medida em que o custo do dinheiro no mercado interno permanecerá acima do custo dos créditos tomados no Exterior.